

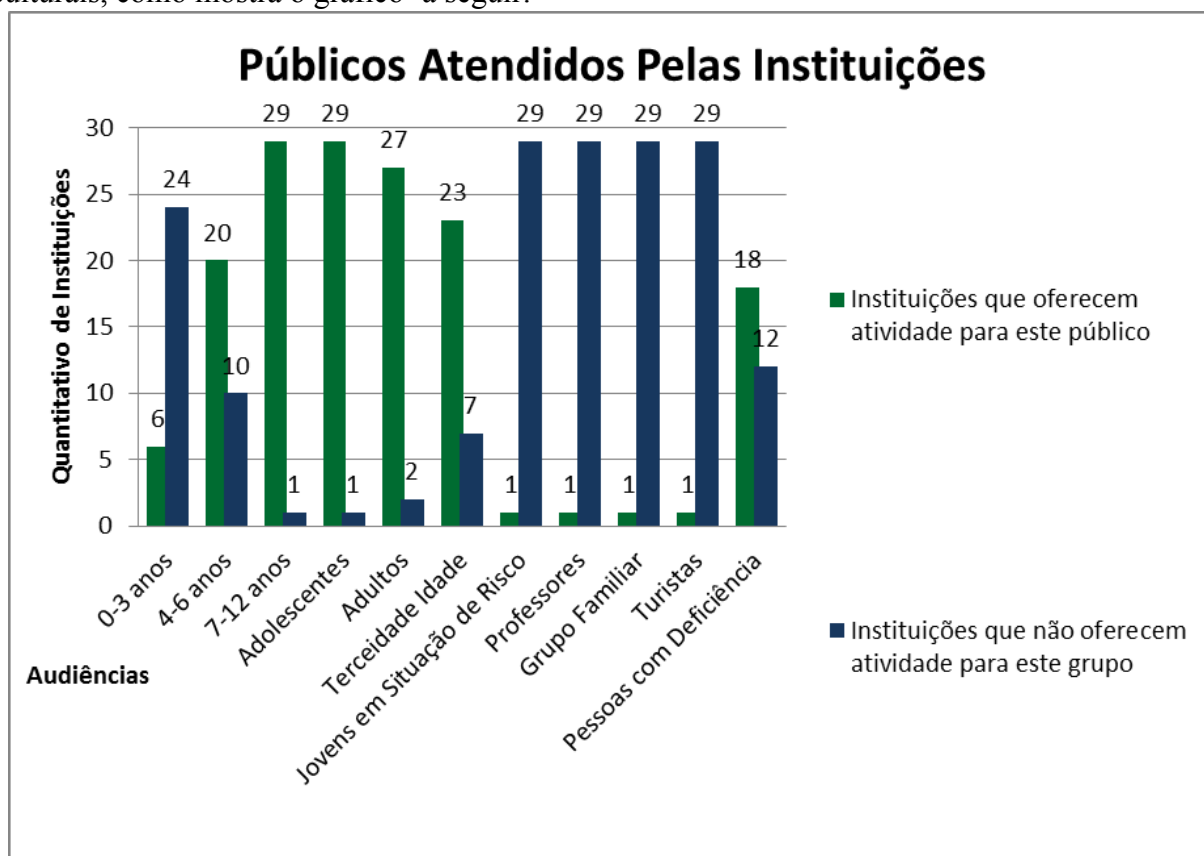
MEDIADOR CULTURAL: UM OUTRO OLHAR PARA A ACESSIBILIDADE NOS MUSEUS

Aluno: Alina Yukari Yamada da Fonseca e Kethlin Christina Rosário Pereira
Orientadora: Cristina Carvalho

Introdução

A partir das contribuições científicas realizadas pelo Grupo de Pesquisa em Educação, Museu, Cultura e Infância (GEPEMCI) da PUC-Rio, encontramos como resultado o projeto piloto: questionário enviado por e-mail às instituições culturais do município do Rio de Janeiro com o intuito de mapear os setores educativos e conhecer as estratégias pedagógicas utilizadas no desenvolvimento das ações educativas oferecidas ao público em geral - e de modo mais específico, às crianças de 0 a 6 anos.

Mesmo priorizando os aspectos que englobam a faixa etária de 0 a 6 anos, os dados do projeto piloto indicam outros públicos atendidos, dos quais a categoria “pessoas com deficiência” surge como demanda atendida em mais da metade dos museus e centros culturais, como mostra o gráfico¹ a seguir:



Fonte: GEPEMCI (2015)

¹Gráfico elaborado de acordo com as respostas válidas.

De acordo com o número de instituições que oferecem atividade, o gráfico aponta a desvalorização dos “grupos familiares”, “jovens em situação de risco”, “turistas” e “professores”, pois essas audiências encontram atendimento específico em apenas uma das trinta instituições respondentes. Já as faixas etárias compreendidas entre 0-12 anos, adolescentes, adultos, pessoas com deficiência e terceira idade são contempladas no que tange a programações específicas.

Através desse breve recorte, analisamos que o público escolar (0-12 anos e adolescentes) é privilegiado com programações culturais direcionadas; ao passo que, os grupos familiares não são acolhidos dentro das instituições; logo, inferimos que crianças e adolescentes não frequentam os espaços culturais com a família, apenas com escola.

Ainda em relação ao público escolar, destacamos a ausência de atividades destinadas aos docentes, o que é contrastante na relação museu-escola: desenvolver atividades próprias para os alunos e não oferecer programações específicas aos educadores desses alunos é construir um ensino unidirecional e pobre em diálogo. Kramer e Carvalho (2012, p. 25) reafirmam que “a experiência de crianças, jovens e adultos nos mais diversos espaços culturais pode atuar no sentido de informar seu olhar, sensibilizar e flexibilizar seu conhecimento e, desse modo, propiciar situações que se configuram como importantes momentos de aprendizagem do ponto de vista cultural, político, ético e estético”.

O levantamento ainda desponta a marginalização do acesso aos bens culturais por parte dos jovens em situação de risco. Ana Mae Barbosa (2009, p. 21), no texto *Mediação Cultural é Social*, ressalta que “no Brasil, todas as organizações não governamentais (ONGS) que tem obtido sucesso na educação dos excluídos, esquecidos ou desprivilegiados da sociedade estão trabalhando com arte [...] como caminho para recuperar o que há de humano no ser humano”.

O gráfico também nos mostra que em mais da metade dos espaços culturais já se tem uma preocupação com a inclusão de pessoas deficientes, disponibilizando recursos e programações que buscam a acessibilidade. Entretanto, a perspectiva do mediador cultural ou arte educador deficiente não é priorizada.

Desse modo, tendo em vista que as pesquisas sobre acessibilidade nos espaços não formais de educação estão direcionadas, em geral, para os visitantes, nossa atenção se voltou para a figura do mediador.

A motivação para esta pesquisa também surgiu por estarmos cursando uma disciplina de *Diversidade e Inclusão Educacional no Curso de Pedagogia na PUC-Rio*, que estuda a educação especial em sua concepção histórica, debatendo diversidade, diferença, deficiência; aborda as distinções entre o modelo social e o modelo biomédico de deficiência e suas implicações educacionais; discute sobre políticas públicas e educação inclusiva; e problematiza a escola e os modos de intervir no campo das necessidades educativas especiais.

Objetivos

O objetivo principal da pesquisa foi conhecer experiências e relações entre formação acadêmica e os desafios da mediação cultural acessível. Em função dessas reflexões, surgiram alguns questionamentos: existem profissionais deficientes atuando em museus e centros

culturais da cidade do Rio de Janeiro? Qual é a formação desse grupo? Quais os desafios que enfrentam? Como se preparam para ministrar as visitas mediadas? Como foi o processo de adaptação da instituição com esse mediador deficiente? Esse mediador conhece a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva? Com que frequência realizam visitas para pessoas com deficiência visual? Há alguma preferência?

Metodologia

Para a realização da primeira etapa da investigação, analisamos os dados do projeto piloto tabulados pelo GEPEMCI com o auxílio do programa SPSS. O nosso ponto de partida para investigar os meandros da deficiência foi a questão “As atividades desenvolvidas atendem a quais audiências?” pois essa pergunta caracterizava a nossa discussão: o prisma do arte-educador, mediador, monitor não é analisado quando pensamos a acessibilidade para espaços culturais.

Entretanto, apesar do questionário nos apontar um norte em relação à pesquisa, ele não abordava o ponto de vista do mediador atuante nesses espaços; então, buscamos, através da rede contatos, encontrar algum mediador com deficiência que atuasse em museus e centros culturais da cidade do Rio de Janeiro.

Na tentativa de compreender um pouco mais sobre o trabalho e a inserção desse profissional nos museus, além de visitar exposições e participar de palestras que discutam acessibilidade, optamos pela realização de entrevista e observação do trabalho realizado pelos mediadores nesse espaço.

Conclusões

Nessa busca por profissionais com deficiência que atuassem nos espaços não formais de educação, chegou ao nosso conhecimento, através da rede de contatos do GEPEMCI, a atuação de um mediador cego, que trabalha no Jardim Sensorial do Jardim Botânico, entretanto, não foi possível contato com esse profissional porque o espaço do Jardim Sensorial encontra-se fechado para obras.

Então, através de reportagens, conhecemos a história de Camila Alves, 24 anos, formada em Psicologia pela UFF, mediadora no Centro Cultural do Banco do Brasil (CCBB), cega. Logo de início, tentamos um primeiro contato por meio da professora da disciplina, mas não obtivemos sucesso. Para nossa grata surpresa, fomos informadas que Camila iria palestrar na Semana de Acessibilidade da PUC-Rio sobre o tema: “Direito Humanos e as pessoas com deficiência no Brasil: O que o cão-guia faz aparecer?”. Ao final do evento, com uma postura muito solícita e simpática, a mediadora do CCBB nos concedeu entrevista e permitiu que acompanhássemos uma mediação realizada por ela.

Para o acompanhamento da mediação, combinamos por e-mail a data e o horário da visita que ocorreria junto ao grupo de professoras da cidade de Niterói; no entanto, a visita foi desmarcada porque as professoras não puderam comparecer devido à greve dos docentes que aconteceu naquele dia. Havíamos combinado às onze horas da manhã, e chegamos cerca de quarenta minutos antes no local combinado, em frente ao setor educativo, e aproveitamos para observar o trabalho da equipe que Camila faz parte. Ao chegar, ela se desculpou por não

poder realizar a visita, e foi então que solicitamos uma entrevista. Camila aceitou prontamente, solicitando apenas que fosse realizada por e-mail. Em um primeiro momento essa solicitação causou espanto: como ela responderia as perguntas por e-mail? Ignorávamos a existência de recursos que fornecem acessibilidade para que pessoas cegas possam utilizar e-mail e, portanto, ela poderia usufruir desses dispositivos eletrônicos.

Para conhecer os desafios que enfrentam os deficientes que atuam em museus, suas experiências e rotina, e também a formação profissional que obtiveram para atuar nesses espaços, elaboramos então algumas perguntas que foram encaminhadas à mediadora.

Por meio dessa entrevista, percebemos que o seu maior desafio é, junto a seu cão guia, desenvolver atividades que sejam interessantes ao público e criar condições de afetabilidade para que os momentos de visita sejam interativos.

A preparação para ministrar as visitas mediadas ocorre do mesmo modo como é realizado com os mediadores videntes, exceto que a ela é permitido tocar nos objetos da exposição com o uso de luvas, o que não é permitido a outros mediadores. Na entrevista Camila relata sobre as adaptações realizadas pela instituição para recebê-la. Considerando ainda a existência de outros aspectos a serem adaptados, como, por exemplo, ter um software de voz em todos os computadores do setor educativo; ter a ajuda de outro educador quando realiza a mediação de um grupo maior; não participar de atividades no térreo do estabelecimento onde tanto ela como seu cão-guia ficam muito expostos etc. Questões como essas traduzem-se em acessibilidade, definido por alguns autores como a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos.

Acreditamos, contudo, que essas questões de acessibilidade passam despercebidas como consequência da relação amigável que Camila tem com outros mediadores. Através de pesquisas sobre o tema, entendemos que somente ter aceitação social não é garantia de ter acessibilidade, pois não se pode negar que existem dificuldades advindas da cegueira e por isso as pessoas com deficiência precisam de recursos e meios específicos para executar seu trabalho. Para Martins (2010), precisamos estar atentos para não cairmos no erro de acharmos que a deficiência é deficiência só por questões de opressão social e, portanto, pensar que é suficiente darmos às pessoas com deficiência um bom relacionamento que seja amigável para que tenha acessibilidade. Segundo o autor: “Este (o modelo social) tomou como mais importante argumento o fato de a reconceitualização da deficiência como uma forma de opressão não considerar as experiências de dor, sofrimento e privação que podem estar associadas à condição física da pessoa com deficiência”. (Martins, 2010, p. 255). Para que tais necessidades sejam supridas, são basilares outras adaptações, que Camila considera não ser estanques, pois fazem parte de um processo de aprendizagem recíproca que ocorre diariamente.

Quanto às visitas que Camila realiza, nossa atenção se voltou não apenas para sua relação com o público, mas também com o seu cão-guia, pelo fato de muitas pessoas não respeitarem a condição de não poder tocar no cão, e esse é um aspecto que atrapalha e interrompe o trabalho de mediação. Os visitantes se distraem com o cão e em alguns

momentos chegam a tocar por não saberem que não é permitido, desviando assim a atenção da mediadora e do cão-guia do trabalho que está sendo realizado.

Acessibilidade no espaço do CCBB

O Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) está localizado no centro da cidade do Rio de Janeiro, e insere-se em uma rede de espaços culturais geridos e mantidos pelo Banco do Brasil. O local ganhou notoriedade em 2011 com a exposição “O Mundo Mágico de Escher”-evento que atraiu a média de 9.677 visitantes ao dia – e, desde então, realiza pelo menos uma mega exposição ao ano em que o público ultrapassa 500.000 visitantes. A exemplo desses mega eventos ainda podemos citar Salvador Dalí, que atingiu o número de 600 mil visitantes, sendo classificada em 4º lugar na lista das exposições mais populares do mundo no ano de 2014, e outros sucessos como a exposição de Head: Milton Machado, ranqueada em 5º lugar pelo mesma lista.

Em uma das ocasiões em que fomos ao CCBB para, além de fazer a visita mediada por Camila, verificarmos a presença de pessoas com deficiência, após nos despedirmos de Camila, fomos para o primeiro andar, onde ficam as entradas de acesso, em direção à recepção, e percebemos que não havia nenhuma pessoa com deficiência. Ao chegarmos, perguntamos à recepcionista se havia alguma exposição recente, ela nos deu o *flyer* da programação do mês e, para a nossa surpresa, naquela mesma semana aconteceria uma exposição acessível, e nos programamos para comparecer, pois imaginávamos que encontraríamos nessa exposição pessoas com deficiência. A exposição estava destinada à faixa etária dos sete aos onze anos, e perguntamos à recepcionista sobre a possibilidade de participarmos, e fomos informadas que sim, desde que fôssemos responsáveis por alguma criança. Naquele momento começamos a buscar por amigas dispostas a nos emprestar seus filhos!

Com certa dificuldade, encontramos Maria², cinco anos, filha de uma amiga nossa também estudante de Pedagogia da PUC-Rio. A exposição se chamava “Leitura acessível para a infância”, e a proposta era fazer com que as crianças conhecessem a história do livro “Sonhos do dia”, da autora Claudia Werneck, de uma forma lúdica. Para tanto, foi construída uma instalação toda colorida, dividida em formato como o de pizza, e em que cada “fatia” as crianças faziam revezamento para conhecer uma parte do livro a partir da interação com os mediadores. Nesse dia da nossa visita, o público foi dividido em vários grupos de três pessoas, cada mediador ficou responsável por um grupo e, ao término desse momento com o mediador, a autora do livro contou o final da história para todos os participantes.

Ainda nessa visita, antes de começar a exposição, uma mediadora reuniu os visitantes para explicar os procedimentos da visita : descreveu todo o espaço físico, esclarecendo que estava descrevendo o espaço porque poderia ter visitantes com deficiência visual e, da mesma forma que os demais, também gostariam de saber como é. Durante toda a explicação o intérprete de libras fazia a tradução e, em seguida, a mediadora perguntou às crianças o que aqueles gestos significavam. As crianças não conheciam e disseram que era “mímica”, o que fez com que a mediadora se dedicasse a explicar a situação. Achamos muito importante ela ter

² “Maria” é o nome fictício dado à criança que visitou conosco a exposição “Leitura Acessível para a Infância”.

explicado, porque acreditamos que contribui para que as crianças vejam com mais naturalidade pessoas que possuem alguma deficiência, passando a entender que podem também interagir com elas, desconstruindo assim as barreiras.

Como dito pela funcionária da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência na palestra - “Acessibilidade um direito de todos” – proferida na PUC - Rio, as barreiras são entraves ou obstáculos que limitam ou impedem o acesso à liberdade de movimentos, à circulação com segurança e à possibilidade das pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação. Essas barreiras podem ser classificadas de quatro formas: físicas, tecnológicas, sociais e atitudinais, sendo esta última definida como dependente do investimento próprio de cada indivíduo e de suas atitudes, conseqüentemente, elas podem bloquear ou ajudar os deficientes diante de uma situação.

Retomando a exposição no CCBB citada acima, na primeira fatia da pizza, a história era contada pelo mediador com o uso de áudio-descrição, explicando de maneira bem detalhada a respectiva parte do livro. Ou seja, cada detalhe contido na página, as figuras, as cores e os desenhos. Nessa etapa o mediador explicava para a criança o significado da áudio-descrição e o porquê de sua existência. Na segunda fatia, o mediador fazia o uso de Braille para contar a história e deixava que a criança tivesse contato com o livro feito em Braille. A criança que acompanhava conosco a visita relatou ter gostado muito dessa experiência e chamou o Braille de “bolinhas”, dizendo que gostaria de aprender a escrever utilizando o método de Braille. Na terceira fatia, a história era contada com o uso de libras, inicialmente o mediador não dizia nada, só deixava que o intérprete de libras falasse sozinho para ver qual seria a reação de cada criança. Maria sorriu, sem nada entender, e a mediadora explicou novamente o que significava “libras”. Conforme já mencionado, em seguida, a próxima fatia era a de audiobook, e nessa modalidade acompanhávamos a leitura do livro com o áudio em CD. Nessa etapa, Maria não prestou muita atenção. Na última fatia, a história era contada em formato Daisy - arquivo digital, que como o próprio nome sugere, faz com que o acesso à informação seja mais acessível às pessoas, beneficiando principalmente pessoas com deficiência visual -, mas não tivemos tempo para conhecê-lo, pois o nosso grupo estava atrasado, devido à pausa para conceder uma entrevista à TV Cultura.

No horário em que visitamos a exposição havia cinco crianças, contando com a “nossa criança”. Entre elas, havia duas crianças com deficiência. Uma de mais ou menos dois anos com síndrome de down e outra de aproximadamente oito anos com deficiência intelectual que ainda não falava. Durante todo o nosso trabalho, foi o único momento em que vimos pessoas com deficiência no CCBB. Contudo, elas não estavam interagindo com outras crianças até o momento em que a autora do livro iniciou sua participação. Ao final da atividade, ela deu um livro para cada criança, provocando muita satisfação em todas.

Aguardávamos curiosas o momento da participação do setor educativo do CCBB nas atividades propostas, principalmente pelo fato de integrarmos um grupo de pesquisa que investiga as ações desenvolvidas pelos setores educativos dos museus e centros culturais do município do Rio de Janeiro.

Entretanto, soubemos, ao término da visita, que a instituição havia apenas cedido o espaço para a “Escola de Gente” promover o evento. Certamente consideramos louvável a

iniciativa do CCBB de ceder o lugar para uma exposição totalmente voltada para a acessibilidade, ainda mais por se tratar de um espaço popularizado cuja estrutura física viabiliza o acesso para grandes públicos. Todavia, acreditamos que o setor educativo e a administração do CCBB poderiam ter estado mais próximos e presentes durante a exposição para aprenderem através dessa experiência formas de tornar suas exposições e atividades mais acessíveis, visto que algumas exposições como a “Galeria de valores” não favorecem a visita de cadeirantes por causa dos corredores apertados da exposição, assim como são desfavoráveis aos deficientes visuais, pois, em geral, nenhum objeto pode ser tocado e as informações das obras não estão em braile. Por outro lado, a não participação do setor educativo nessa exposição pode ser um indício da falta de diálogo entre os setores das instituições, apontado em algumas pesquisas como a de Carvalho (2009).

Felizmente uma das exposições - “Se liga” - possibilitava que os visitantes tocassem em alguns objetos sem nenhuma restrição, no entanto, esses não eram objetos de valor, eram objetos comuns como grãos de feijão que representavam sensações, com a intenção de estimular a imaginação.

Para Nicholas Serota³, a educação não se restringe a um departamento que lida com criança, escola comunidade, cursos para adultos, e guias de exposições, entre outros. A curadoria e o design das exposições também são educação. A maneira como se expõem, se penduram as obras, está diretamente ligada a conceitos de como se aprende arte que dominam uma sociedade. De acordo com a análise das exposições oferecidas, concluímos que ainda é uma barreira para os centros culturais deixarem que os cegos toquem nas obras, o que certamente está imbricado nas percepções construídas dentro da instituição sobre educação e para quem essa educação se destina, e associado a questões de preservação e conservação. Mas, por outro lado, pouco ou nada se constata em termos de iniciativas que possibilitem a inclusão de pessoas cegas.

Refletindo sobre a presença de pessoas com deficiência visual, percebemos que não encontramos visitantes cegos nas exposições. Quanto à frequência de visitas mediadas para este público, Camila analisa que embora não seja o foco do setor educativo fazer com que só ela realize a mediação deles, há certo interesse dos cegos em tê-la como mediadora. No entanto, contabilizou aproximadamente três grupos por exposições, número que consideramos reduzido se comparado ao quantitativo de visitantes que o próprio CCBB recebe ou ainda se comparado ao número de pessoas cegas no Estado do Rio de Janeiro. Segundo censo do IBGE existem 55.545 pessoas cegas no Estado e, vale lembrar, que a maioria das exposições no CCBB é de longa duração. Vimos que até mesmo a exposição “Leitura acessível para a infância” sendo uma exposição totalmente acessível, não conseguiu atrair o público com deficiência visual.

O Brasil tem uma das legislações mais avançadas sobre os direitos das pessoas com deficiência, garantidos na Constituição Federal de 1988. Cabe destacar aqui a Lei Federal nº 7.853, de 24/10/1989 que dispõe sobre a responsabilidade do poder público nas áreas da educação, saúde, formação profissional, trabalho, recursos humanos, acessibilidade aos

³ Nicholas Serota é o diretor da Tate, a galeria nacional do Reino Unido da arte moderna e britânica

espaços públicos, criminalização do preconceito; a Lei Federal nº 8.213, 24/07/1991, dispondo sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social; a Lei Federal nº 10.098, de 20/12/2000, que dispõe sobre acessibilidade nos edifícios públicos ou de uso coletivo, nos edifícios de uso privado, nos veículos de transporte coletivo, nos sistemas de comunicação e sinalização, e ajudas técnicas que contribuam para a autonomia das pessoas com deficiência; e a Lei Federal nº 10.436, 24/04/2002, dispondo sobre o reconhecimento da LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais para os Surdos. Infelizmente, mesmo com todas essas leis, na prática pouco se tem avançado na questão da acessibilidade, e no que diz respeito à acessibilidade aos museus e espaços culturais, as barreiras e dificuldades vão desde o transporte, locomoção até à visita das exposições. De acordo com o último senso do IBGE, apenas 4,7% das habitações de todo o Brasil tem acessibilidade em seu entorno. Regina Cohen, em uma palestra que participamos sobre acessibilidade, declarou que se sente envergonhada quando alguém pergunta qual a cidade mais acessível no Brasil, pois infelizmente não consegue dizer.

É fato que pessoas com deficiência, além de conviverem com suas limitações físicas, se deparam com um grande obstáculo urbanístico, o qual todos vivenciamos nas ruas de nossa cidade, cujas ruas e calçadas são um descaso de nossas autoridades. Muitas são as calçadas desniveladas, cheias de buracos, com lixos por todo lado, carros impedindo o ir e vir dos cidadãos e sem espaço adequado para cadeiras de rodas. Vemos que as ruas são pensadas em um modelo de homem padrão, ou seja, aquele que não tem nenhuma deficiência, dificuldade de locomoção, e que pode andar em passos regulares. Da mesma forma pessoas com deficiência visual encontram muitas barreiras para se locomoverem na cidade por conta das calçadas sem pisos táteis; pedras portuguesas nas calçadas sem manutenção, grelhas de águas pluviais fazendo com que sua bengala fique presa ou caia nos buracos; cabine de orelhões que ficam fora da área onde a bengala pode tocar proporcionando as recorrentes colisões dos cegos com esses objetos. Tais exemplos demonstram o difícil caminho que as pessoas com deficiência têm de percorrer até chegarem aos espaços culturais. Como analisamos, elas continuam encontrando barreiras e dificuldades dentro desses espaços. Como o relato de Camila, a mediadora que já foi impedida de entrar por um guarda em seu próprio local de trabalho, CCBB, por estar com um cão-guia, tendo que mostrar-lhe a lei que garante o acesso a esses locais. Persistentes barreiras como essas corroboram a marginalização do público deficiente ao acesso a bens culturais, dificultando a socialização e a inserção dessas pessoas na comunidade como um todo.

Uma vez que todos esses impedimentos ocorrem no dia-a-dia de pessoas com deficiência, impossibilitando-as de terem uma ampliação de seu capital cultural - que são, em parte, experiências e acesso à cultura que oferecem às pessoas possibilidades que podem contribuir para a aprendizagem na escola e para o êxito escolar - podendo ser adquirido pelo acesso a espaços culturais e museus.

Acreditamos então ser necessário que as políticas que orientem a educação formal de ensino, tal como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que orientem também os espaços culturais a possibilitar o acesso das pessoas com deficiência, já que a escola requer dos alunos a aquisição e conhecimento de uma cultura

erudita, da qual poucos têm acesso. Como esta política visa à inclusão de pessoas com deficiências na educação formal, acreditamos que se não se voltar em sua política à educação não formal, não estarão contribuindo para a acessibilidade das pessoas com deficiência nesses espaços, permitindo um maior envolvimento e participação, e esse grupo continuará sendo excluído.

Assim como aconteceu no sistema de ensino formal, cujo entendimento de acesso passou do modelo médico da deficiência para o modelo social, no qual o acesso e a permanência na escola não dependem mais só de um esforço individual da pessoa com deficiência, fazendo com que muitos deles permaneçam e tenham êxito escolar, o ensino não formal também precisa mudar sua concepção de acesso e, desta forma, promover acessibilidade para que haja a inclusão de todos, sem qualquer discriminação.

Deste modo, um dos motivos que atribuímos à baixa frequência de pessoas com deficiência é o fato de a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva não contemplar museus e centros culturais, nem tampouco orientar a formação de profissionais com deficiência ou não que neles atuarão. Perguntamos à Camila sua posição, mas ela preferiu não responder no modelo proposto da entrevista, pois acredita que é um assunto para ser abordado em um encontro pessoal. Achou muito estranho esses espaços não serem considerados, pois pensa que eles lidam diretamente com esse lugar marginalizado e que com certeza o trabalho de acessibilidade se torna mais marginal ainda. Entendemos então que sua posição como mediadora no CCBB e seu posicionamento político podem contribuir para retirar esses espaços e a acessibilidade do campo da marginalização.

Para desenvolver uma acessibilidade cujas demandas realmente alcancem o público destinado, é fundamental a conscientização por parte das instituições culturais em relação à voz dessa população. Como disse um participante cego na palestra “Conectando Conhecimentos” promovida pelo Instituto Benjamim Constant, para que “as pessoas não falem muito de nós, sem nós” é imperioso incluir as próprias pessoas com deficiência na elaboração de ações educativas e projetos culturais; pois, enquanto indivíduos que vivem a experiência da deficiência, possuem um olhar mais apurado para as especificidades que conduzem à acessibilidade.

A realidade singular de Camila enquanto mediadora no Centro Cultural Banco do Brasil sensibilizou nosso olhar para questões que transcendem a curadoria ou os recursos acessíveis. Camila é a representação das minorias que vai no contrafluxo dos tempos de ceticismo e desconfiança [...] caracterizado por injustiças econômicas, [...] ganância, consumo desenfreado e individualismo descrito por Mc Laren (1997).

Não é pretensão deste estudo trazer soluções, mas nosso objetivo é tão somente contribuir para o diálogo e a pesquisa. A fim de dar continuidade na pesquisa individual, trouxemos novas perguntas para incorporar no questionário; quesitos como por exemplo, a disposição estrutural dos espaços: será que possuem banheiros e corredores adaptados? Elevadores? Rampas de acesso ou piso tátil? Em relação às atividades, quais foram os recursos de acessibilidade já utilizados? Áudio descrição? Braille? Libras? Maquetes tridimensionais? Ou ainda, será que existem outros mediadores culturais para além do CCBB?

Tais indagações foram incorporadas ao novo questionário do GEPEMCI a fim de dar continuidade à pesquisa coletiva.

Referências

- 1 – BARBOSA, Ana Mae. Mediação cultural é social. In: BARBOSA, Ana Mae & COUTINHO, Rejane (orgs.). **Arte/Educação como mediação cultural e social**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- 2- BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Ed.Vozes, 1998. 41-64p.
- 3 - CARVALHO, Cristina. Cultura: conceitos aplicados a espaços culturais. In: **Musas** (IPHAN), v. no. 4, p. 132-147, 2009.
- 4- CARVALHO, Cristina. Espaços de cultura e formação de professores/monitores. In: LEITE, Maria Isabel & OSTETO, Luciana (orgs.). **Museu, Educação e Cultura: encontros de crianças e professores com a arte**. Campinas/SP: Papirus, 2011, 117-139.
- 5- IBGE. Censo demográfico 2010. Disponível em:
<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf>
Acesso em 7 de maio de 2015.
- 6 - G1: 29/03/2012 08h00 - Atualizado em 29/03/2012 08h00
Brasil tem exposição mais visitada do mundo, e críticos explicam fenômeno. Disponível em:
<http://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2012/03/brasil-tem-exposicao-mais-visitada-do-mundo-e-criticos-explicam-fenomeno.html>. Acessado em 30 de junho de 2015.
- 7 - KRAMER, Sonia & CARVALHO, Cristina. Dentro e fora do museu: de ser contemplador, colecionador, mediador. In: SANCHES, Janina et ali. (orgs.). **Artes, Museu e Educação**. Curitiba/PR: CRV, 2012.
- 8 - MARTINS, Bruno Sena. **Deficiência e Política: vidas subjugadas, narrativas insurgentes**. In: Moraes, Marcia e Kastrup, Virginia. (orgs.) Exercícios de ver e não ver. Rio de Janeiro: Nau, 2010.
- 9 - Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva (BRASIL, 2008).